O RESGATE DOS MENINOS DE S. TOMÉ EM ORÍON

ELVIRA CUNHA DE AZEVEDO MEA
(Univ. do Porto)

25

«Aqueles que não lembram o passado
estão condenados a repeti-lo.»

1. A questão histórica

Lembrar o episódio da ida dos meninos judeus para S. Tomé, em 1492, foi uma ousadia levada a bom termo por Mário Cláudio, já que se trata dum dos eventos mais confusos e controversos da História portuguesa, questão que por ainda não estar aclarada por completo, tem dado origem a relatos e interpretações díspares em cronistas e historiadores judeus e cristãos.

Com efeito o acontecimento, logo de início, ficou sujeito a descrições e entendimentos muito diversos.

Os cronistas da época, desde Riu de Pina a Garcia de Resende são parcos em informação, coincidindo nas causas – refugiados judeus clandestinos ou os que em trânsito no país durante oito meses, não lograram sair no prazo estipulado, pelo que foram reduzidos à escravidão. E Garcia de Resende afirma:

«Para sendo apartados dos pais e de suas doutrinas e de quem lhes pudesse falar da lei de Moisés, fossem bons cristãos; e também para que, crescendo e casando-se, pudesse com eles povoar a dita ilha, que por esta causa daí em diante foi em crescimento.» (Resende: pp. 253-254).

Segundo o manuscrito do impressor Valentim Fernandes, sobre as ilhas do Atlântico, de 1506, referindo-se a S. Tomé e a Álvaro de Caminha: «... mandou o dito rei com este capitão 2000 meninos de 8 anos para baixo, que tomou aos judeus castelhanos e os mandou baptizar, dos quais morreram muitos, porém pelo presente serão vivos entre machos e fêmeas bem 600» (Fernandes: p. 122). Destes, o autor ressaltou os que deram início à miscigenação: «... e o dito capitão os casou, porém poucas delas parem de homens alvos, muito mais parem as alvas dos negros e as negras dos homens alvos.» (Fernandes: p. 122).

Uma relação de viagem a S. Tomé, datada de 1534-1541, da autoria dum piloto anónimo da carreira de S. Tomé, corrobora o progresso da Ilha, apesar do clima difícil e a miscigenação da sociedade (Albuquerque: pp. 7-40).

A documentação oficial dá-nos também algumas achegas, como o facto de o início da colonização de S. Tomé ser empreendida em 1486 por João de Paiva, que na sua comitiva de colonos integrava na sua maioria judeus.

Por seu turno e apesar de tudo, o progresso da ilha era evidente em 1525, como se verifica através duma carta em que D. João III eleva S. Tomé à categoria de cidade¹.

A historiografia judaica é muito mais prolixa quanto ao facto, com excepção exactamente da primeira referência feita catorze anos depois por Isaac Abravanel, o qual, para não usar o nome dum santo de outra religião, utilizou um trocadilho fonético para chamar à ilha *tainsab*, ou melhor Í Há-Timsahim, Ilha dos Lagartos, denominação usada depois por outros autores judeus, enfocando assim os perigosos répteis gigantes da ilha.

«E muitos dos filhos dos hebreus, procedentes da expulsão da Espanha, o rei de Portugal forçou-os ao baptismo e mandou-os para lá, já faz 14 anos, todos inocentes, machos e fêmeas, em número acima de 2000 almas, e eles lá já foram fecundos e multiplicaram-se, constituindo a maior parte da população da ilha.»² (Lipiner: p. 24).

Em pleno século XVI, cerca de 1526, David Reubeni, o profeta messiânico, conta que durante a sua estadia em Portugal um astrólogo navegador cristão-novo lhe contara que «estivera muitas vezes numa ilha onde a duração do dia é de uma só hora». Tinha ali visto um grande vulcão que lança fogo e fumaça aos céus dia e noite. «E para aquela ilha, próximo ao dito vulcão, mandara o velho rei de Portugal os filhos menores dos cristãos-novos, e os deixara ali até os nossos dias, nas proximidades de uma ilha habitada por gente que come carne humana.» (Aescoli: p. 67, cit. por Lipiner: p. 30).

Samuel Usque nas «Consolação às Tribulações de Israel», no seu estilo muito próprio, muito subjectivo, descreve “a monstruosa crueldade do rei”, pois era sabido que na ilha de S. Tomé.

«os moradores eram lagartos, serpes e outras muito peçonhentas bichas, e deserta de criaturas racionais, onde desterrava os malfeitores que à morte eram já obrigados por justiça, em sua companhia quis também que entrassem as inocentes criaturas de todos estes judeus, cujos pais parece que ante o juízo divino eram condenados.

Chegada esta infeliz e miserável hora, em que se havia uma tão fera crueldade de executar, víreis ensanguentar os rostos com as mãos as coitadas madres que dos braços lhes tiravam os filhos de até três anos, depenar as barbas os honrados velhos porque lhes arrebatavam suas entranhas de ante os olhos, e as mal afortunadas criaturas levantar seus vivos gritos até ao céu, vendo-se afastar tão desapiadadamente de seus amados padres em idade assim tenra e lastimosa.

Finalmente chegados aqueles inocentes ao lugar deserto de S. Tomé que sua sepultura havia de ser, tiraram-nos em terra, e ali desapiadadamente deixando-os, foram dos grandes lagartos de que a ilha era povoada tragados quase todos; e o resto que no ventre daquelas bichas não entrou, à fome e desamparo se consumiram,

¹ A justificação para o efeito é precisamente o aumento da população e a importância estratégica da ilha como escala para as armadas (Chancelaria de D. João III, L^o. 10, fl. 124v).

² Como cita Elias Lipiner, «Abravanel diz que os lagartos saíam do mar para a ilha em busca de presa, tendo já devorado muitas crianças dos ilhéus, e, não obstante a luta dos homens contra eles com espadas, lanças, martelos e machados, eles ainda apareciam no litoral somente, e eram capazes de devorar, por inteiro, uma bezerra ou um menino.».

Segundo o médico quincentista Amato Lusitano, tratava-se dum tipo de crocodilo que chegava a medir entre 15 e 18 côvados (cerca de dez metros) (Lipiner: p. 24).

somente algum que milagrosamente daquela temerosa fortuna foi escapado.» (Usque: pp. 28-29).

Mercê do grande impacto de «A Consolação às Tribulações de Israel», o episódio foi sistematicamente glosado por outros autores judeus, como o poeta e cabalista Rabi Shelomóh Alkabetz (R. Z. I. Wreblowski: 152, in Lipiner: p. 29), que narram o episódio com acrescentos vários, parafraseando até versículos bíblicos³, ao próprio Meyer Kayserling em pleno século XX (Kayserling: pp. 101-102).

É interessante como, em 1627, o portuense Imanuel Aboab dá uma interpretação teológica ao episódio:

«O rei D. João, que tão sem razão apartou os inocentes filhos do amoroso aspecto de seus pais e os mandou levar às ilhas dos lagartos, permitiu o Senhor que seu único filho D. Afonso, correndo um cavalo em Santarém, foi dele arrastado e morreu desastrosamente, ficando o pai sem filho. E depois morreu no melhor de seus dias, não sem suspeita de veneno, quedando o reino para D. Manuel, seu cunhado, a quem não pouco aborrecia: e dizem que quando morreu, gritava naquele último transe: quitem-me daqui estes meninos.» (Aboab: pp. 307-308)⁴.

Elias Lipiner foi o último autor a lembrar a questão, conseguindo dar, pela primeira vez, uma visão de conjunto relativamente ao tema e, sobretudo, chamar a atenção para que se trata do primeiro grupo a ser forçado ao baptismo em pé (Lipiner: pp. 13-34).

A propósito exactamente de *Oríon* resolvemos reavaliar todas as fontes conhecidas, parecendo-nos que, fazendo uma severa crítica textual, era possível chegar a uma nova interpretação.

Com efeito, partimos do facto de que querendo o rei povoar a ilha, à partida não estaria interessado em enviar tanta criança para perecer, até porque, mesmo pondo de parte qualquer objecção de consciência, própria da mentalidade da época, o certo é que toda essa empresa foi custosa. Sabemos também, por documentação esparsa e sobretudo pelo testamento de Álvaro de Caminha, que o monarca providenciara no sentido de criar condições para a sobrevivência e crescimento desses meninos – para cada cinco moços, um escravo e uma escrava, para além de mantimento para cerca de mil pessoas para dois ou três anos⁵.

³ «Os preciosos filhos de Sião [*Lamentações*, 4: 2] novamente foram lançados nos covis de leões e montes de leopardos [*Cantares*, 4: 8], numa terra de ermos e de covas, de sequeidão e sombras da morte pela qual ninguém antes transitara, nem habitava nela homem algum [*Jeremias*, 2: 6], mas nela habitavam o pelicano, o ouriço, o bufo e o corvo [*Isaías*, 34: 11], chacais e avestruzes, onde as feras se encontram com as hienas e os sátiros clamam uns pelos outros [*Isaías*, 34: 13-14].» R. Z. I. Wreblowski: p. 152, in Lipiner: p. 29.

⁴ Um contemporâneo de Aboab, citado por um anónimo, autor do manuscrito «Apologia em abono dos cristãos cognominados novos deste reyno de Portugal» (1624 – inédito, pertença do Senhor Roberto Bachmann) apresenta uma interpretação semelhante, mas dando como causa única e exclusiva a quebra de contrato por parte do rei. Desconhecemos se estes dois autores tinham conhecimento de que a morte do príncipe ocorrera em 1491, portanto dois anos antes do episódio dos meninos judeus. Segundo Elias Lipiner poderia tratar-se duma «interpretação teológica retroactiva» (Lipiner: p. 27). Curiosamente autores cristãos também consideraram poder ter sido castigo de Deus a trágica morte do príncipe D. Afonso, mas devido a ter aceite em Portugal os judeus expulsos de Espanha, como, por exemplo, Lúcio de Azevedo (Azevedo: pp. 272-273) .

⁵ «... Quando vim a Portugal, trouxe alvará de el-rei D. João, que Deus tem, para a cada cinco moços dar um escravo e uma escrava para suas mantenças, ou os dar a quem os governasse, enquanto não fossem para por si viverem; e porque ninguém os podia melhor agasalhados e curados ter que eu, me encarreguei deles, tomando-os em minha casa, governados com os ditos seus escravos e com outros que dos de el-rei para isso tomei, dos que ficavam de todos enfeitados, para lhes dar de comer e para servirem, e também para os não dar a quem lhe com eles fizesse conta.»

D. João II foi provavelmente o primeiro monarca que teve um projecto concreto de expansão, com uma incidência muito particular na área da Mina e de S. Tomé, daí que não fosse por mero capricho ou maldade que resolvesse aproveitar esses jovens num projecto de colonização promissor, a nível estratégico, agrícola e comercial.

Não é credível que tivessem embarcado crianças de tão tenra idade, como afirmam alguns autores, até porque, como vimos, os cronistas anotam tão-só que foram «os filhos menores» (Resende: pp. 253-254); Riu de Pina precisa: «todos os meninos, e moços e moças pequenos» (Pina: p. 188); Isaac Abravanel não especifica, acrescentando que, passados 14 anos, «já foram fecundos e multiplicaram-se, constituindo a maior parte da população da ilha.» (Lipiner: p. 24).

Em 1499, porém, o testamento de Álvaro de Caminha não deixa margem a dúvidas quando explicita a urgência em se nomear alguém para cuidar da saúde e educação dos jovens e, no caso de o seu sucessor Pedro Álvares querer regressar à metrópole, os moços deveriam acompanhá-lo, quer os casados quer os solteiros, indicação que nos leva a pensar exactamente que as várias referências a meninos e moços abrangiam jovens, pré e ou adolescentes, “os Moços”, que, portanto, em 1499 já estariam casados.

Por outro lado não será por acaso que Abravanel esclarece que «os malfadados lagartos já tinham devorado muitas crianças dos ilhéus» e que à data «apareciam no litoral somente». Ou seja, as primeiras crianças a perecerem deviam ter sido os filhos dos primeiros colonos, que se depararam com tal flagelo e com certeza que de imediato não conseguiram neutralizar o problema.

E quem eram os primeiros colonos? Exactamente todos aqueles que se deslocaram para S. Tomé com o primeiro capitão donatário, João de Paiva, em 1485, que na sua maioria eram judeus, mais os escravos que iam resgatando nos cinco rios dos Escravos, privilégio outorgado aos moradores, abrangendo também mercadorias, especiarias, etc. (Albuquerque: pp. 45-499) e outras facilidades não certamente despidas para membros duma comunidade que há dezenas de anos cirandava, comerciava e apostava na colonização da região, de Cabo Verde, aos rios da Guiné e à Mina.

Ora se foi com esses colonos que sucederam as primeiras tragédias com crianças, o que somando às agruras do clima, certamente impediu o avanço da colonização, se não constituiu mesmo um perigo de soçobro, parece-nos lógico que quem pôde, até quem tivesse perdido algum filho, acolheria bem outras crianças, especialmente se pertenciam aos filhos de Israel..

Não teria sido com esse objectivo, reforçar com este contingente de crianças uma colonização que perigava, apostando exactamente nas afinidades e até na desgraça que atingira de formas diversas uns e outros?

Numa perspectiva destas, é perfeitamente natural que notícias destes trágicos acontecimentos com crianças tendessem a difundir-se, criando uma visão mítica da ilha que, passado algum tempo, já não correspondia a uma situação real, pois, como apontava Isaac Abravanel, as pessoas, precavidas, davam luta aos ditos lagartos, que passaram a aparecer só no litoral, portanto constituindo já um perigo relativamente controlado.

«...Quando parti de Portugal, el-rei D. João me mandou dar mantimento, não sei se para dois anos se para três, para mil pessoas, o qual eu deixava que mo mandassem repartido a tempos certos, fazendo fundamento que me duraria mais de cinco anos: e o que eu trouxe comigo foi logo assim gastado, que durou muito pouco tempo, tirando algum azeite e vinagre, em que tive mão para necessidades de curas de doentes e outras coisas, que este, posto que pelos outros fosse repartido por regra em minha casa por esses moços que eram doentes e assim por alguns degredados, quando me parecia que era mais descargo de minha consciência, ainda que o não trazia para nenhum deles.» (Albuquerque: pp. 73; 81-82).

É óbvio que os números apontados por Valentim Fernandes e outros não são susceptíveis de controlo, por falta de documentação, todavia, no seu testamento, Álvaro de Caminha refere que o rei lhe mandou dar mantimento para mil pessoas, para dois ou três anos, pelo que se infere que seriam sensivelmente os seus acom-panhantes, dos quais provavelmente a maioria seriam os ditos meninos e moços. Aliás, no testamento Caminha deixa alguns escravos ao padre que o acompanhou para a ilha, João Álvares, por lhe ter disponibilizado a receita dos dízimos para mantimento dos moços. (Albuquerque: p. 78).

Apesar dos percalços da viagem, “as doenças das caravelas” e das baixas que com certeza o clima provocou, o certo é que grande parte sobreviveu. Daí as sucessivas alu-sões à sua contribuição para o progresso da ilha, como é o caso de Alexandre Herculano ao asseverar que «vieram, pelos dotes ingénitos de sua raça, a ser colonos opulentos da-quele fértil possessão, com o progresso de sua povoação e cultura.» (Herculano: p. 117).

O testamento de Álvaro de Caminha é um óptimo documento para ajudar a compreender a situação. Ele alude, como apontámos, a ter ficado com os escravos que o monarca disponibilizara para os meninos, visto que se encarregou deles.

Ao longo do testamento, Caminha demonstra um afecto especial por alguns dos moços, como João, mestre Francisco de Guimarães, Francisco Palha, Francisco Carpin-teiro, Pero Bufaro, Fernão da Ribeira, o Tinhoso, João Rato, Brás, Frei João e o Canário, a quem deixa duas partes das suas terras na ilha, «a saber, cinco ribeiras, rios do Ouro e do Lagarto, e casas que nelas são feitas, com todas as desta povoação e todos os povos e gados que houver», e dos escravos de Benim disponíveis, enquanto que a todos os outros lega apenas uma parte. E mais, «a João mestre o officio de escrivão de ante os juízes e ouvidores, a Francisco Carpinteiro, os officios de escrivão da câmara e dos órfãos e inquiridor. A Francisco de Guimarães, a promotoria da justiça e a Pêro Bufaro, o officio de contador das custas. Os quais officios lhos dou por seus em suas vidas; e enquanto se não atreverem a os por si servirem, que ponham quem o por eles faça, que seja pes-soa para isso pertencente, a qual o povo escolherá a seu contentamento, e eles lhos arrendem como mais seus proveitos sentirem, enquanto se não atreverem a o por si fazer.» (Albuquerque: p. 75).

Entre outros legados de pequena monta, Caminha preocupa-se em deixar dispo-sições suficientemente claras para salvaguardar a protecção e cuidados necessários ao crescimento e educação dos meninos: assim «João Ferro e João Aço, de que me el-rei fez mercê, deixo forros, com condição que, enquanto os moços não forem para por si viverem, pesquem para eles e os sirvam de maneira que mereçam o bem que lhes faço; e se o assim não fizerem não fiquem forros; e querendo eles ou algum deles viver na ilha, que lhe dêem a cada um sua escrava da ordenança, e cumprindo primeiro o que lhes mando.» (Albuquerque: pp. 80-81).

Por outro lado, compreendendo que o seu sucessor, Pedro Álvares, «terá tanta ocupação que em tudo não poderá entender, encomendará o encargo das moças e moços a pessoa que seja de fiança e para que [se] não passe nenhuma vileza, posto que o seu principal cuidado seja sempre prover sobre eles e saber como são limpos, castigados e ensinados em seus mantimentos e em tudo o mais que para conservação de suas vidas e ensinamentos cumprir, de maneira que não faça para isso nem para o mais minguia. Aos quais moços e moças o dito Pedro Álvares, enquanto na ilha estiver, fará dar de comer do azeite e vinagre que em minha casa houver, e assim a alguns doentes que o houverem mister, assim como eu o fazia; e quando quer que se houver de ir, tudo o que sobejar será por eles repartido, tanto a uns como a outros, para suas provisões.» (Albuquerque: pp. 83-84). Porém, nesse caso Caminha lembra que quer as moças que casaram com degredados que se perderam ou desapareceram, «ficando na

ilha sem amparo, e muito mais todos os moços e moças que ficaram solteiros, que peço por mercê a Sua Alteza que, por descargo de consciência de el-rei que Deus tem, da sua alma e da minha, os mande todos ir; porque, além de serem certas suas perdições, sendo a ilha povoada é coisa impossível poder-se povoar senão com outros muitos e maiores gastos do que até aqui são feitos; e querendo Sua Alteza mandá-los todos ir, então se venderá o que aos moços deixo, e do dinheiro que nisso fizer se lhes dará de vestir, e o que sobejar será por eles repartido, como dito é.» (Albuquerque: p. 88).

Não deixa de ser significativo o desabafo de Caminha relativo ao estado da colonização da ilha aquando do testamento, colonização que para ser efectiva e, por conseguinte, duradoura, necessitaria de muitos mais investimentos do que os que até então tinham sido realizados, não só a nível económico mas provavelmente também a nível de capital humano.

E tinha razão, como o demonstra Gaspar Barleus ao justificar o malogro total das tentativas de ocupação holandesa entre 1600-1647 com o péssimo clima⁶.

Por tudo isto Álvaro Caminha quer que todos os meninos e moços venham para Portugal, com especial cuidado com as suas preferidas, Úrsula e a prima, a Marinheira.

Úrsula «por muito e bom serviço que fez a Deus em curar doentes e a mim», é a rapariga a quem Caminha está realmente muito ligado, como o deixa entrever todo o desvelo com que a rodeia, desde o amparo no caso de querer ser freira até à opção de casar, para quem chega mesmo a sugerir marido, «Diogo Álvares, porque a levará para Faro, onde será conhecida e amparada de minhas irmãs» (Albuquerque: p. 68).

Para além do recheio da casa de Caminha e trinta mil reais, um escravo (Lopo Curto), uma escrava à sua escolha, dois escravinhos que já tinham sido oferecidos; à escrava Isabel, que alforria e dá dez mil reais, roga «que, se Úrsula for freira, que esteja sempre onde ela estiver e seja sua amiga». Do mesmo modo, a prima de Úrsula, a Marinheira, é contemplada com cinco mil reais, pedindo que «a levem com ela para onde for».

Mais, no fim do testamento, acrescenta ainda que, se Úrsula não quisesse casar, mesmo assim a mandassem para Portugal, no primeiro navio, onde providencia para que lhe seja disponibilizado um aposento e com instruções precisas quanto à sua protecção, «para que se não faça alguma desonestidade». Também a chegada a Lisboa e a ida para o mosteiro de Setúbal são fruto de toda uma série de indicações, tendentes a amparar e dar segurança e conforto à jovem⁷.

Não se sabe se estes e outros regressaram. Segundo David Reubeni, em 1526 ainda esses moços permaneciam em S. Tomé.

⁶ Como cita Elias Lipiner, Barlaeus referindo-se aos holandeses afirma «que os vencedores foram vencidos pelas más condições do clima e dos ares que transformaram a vitória em morte de muitos soldados e comandantes, assim como do próprio chefe da expedição. Os vapores malignos e venenosos que cobriam de vez em quando a ilha, a veemência do calor e a malignidade do clima (...) haviam matado e matavam os colonos enviados para a ilha pelo rei de Portugal.» (Lipiner: p. 25).

⁷ E se porventura Úrsula não quiser casar, vá todavia no dito primeiro navio, e com ela as sobreditas mulheres e as dos ditos Martim Fernandes e serralheiro, a que sou mais em obrigação; se se logo quiserem ir, como dito é, [as] entreguem ao dito Diogo Álvares e o piloto e os outros; e se lhe o capitão lhe não quiser dar a câmara lhe digam que eu lhe peço por mercê que lha dê, e, se para isso cumprir dar-lhe um escravo, dêem-lhe dos meus; e seja na dita câmara metida com o seu, e com ela as ditas mulheres, por ela e pelas outras olha o dito Diogo Álvares e piloto e os outros, Martim Fernandes e serralheiro, sendo a câmara cerrada de todas [as] partes, para que se não faça alguma desonestidade, e nenhum deles, só, não falará com as mulheres, senão perante todos, e não de outra maneira. E quando em Lisboa forem será Úrsula levada a casa de Álvaro Pires e daí ao mosteiro de Setúbal pelo dito Diogo Álvares, piloto Martim Fernandes ou serralheiro; e se no dito mosteiro, pelo que leva, a não quiserem tomar, digam à priora que lhe peço por amor de Deus que a tenha aí até ir a el-rei, e peçam por mercê da minha parte a Estevão Vaz que, por amor [de Deus], queira lá chegar e rogue que a tomem e tenham até falar a el-rei; a qual coisa lhe peço que não haja por trabalho acabar com Sua Alteza, que a mande aí filhar» (Albuquerque: pp. 90-91).

De qualquer modo, a verdade é que a ilha, pelas suas potencialidades agrícolas e comerciais, certamente também porque deveria contar com uma comunidade cristã-nova, onde se inseririam obviamente parte desses “meninos e moços”, a própria distância relativamente aos tentáculos do Santo Ofício, constituiu-se num dos locais escolhidos por cristãos-novos para viver, de tal modo que ainda no reinado de D. Manuel sai legislação proibindo essa escolha.

Apesar de todos os obstáculos, a emigração continuou, como se detecta quer em processos inquisitoriais, quer na repetição da legislação anterior em 1569⁸.

S. Tomé graças aos cristãos-novos, que primeiro apostaram nas potencialidades da ilha, constituiu-se na plataforma colonizadora que fomentou o comércio intercontinental e o início da cultura do açúcar brasileiro, ao mesmo tempo que era um oásis em termos religiosos, pois o Santo Ofício nunca chegou tão longe⁹.

2. Oríon

Não pretendemos aqui de modo algum entrar na polémica sobre o que é o romance neo-histórico, que, por sua vez, se insere no debate sobre o pós-moderno, onde alguns teóricos chegam a defender a tese da “morte da História”, em oposição absoluta ao Novo Historicismo de Stephan Greenblatt ou Raymond Williams com a sua tentativa de fundar uma historiografia pluridimensional.

«Do debate teórico contemporâneo emerge com grande clareza a incidência quase obsessiva da necessidade de “repensar a história”, um reflexão que diz respeito tanto ao campo da historiografia quanto ao das representações narrativas.

Em suma, o pós-moderno identifica-se com uma instância radical de refundação do estatuto cognitivo e antropológico do pensamento histórico. Esta necessidade é a principal razão essencial do renascimento do romance neo-histórico, mesmo se o sentido reconstruído no território literário aparece frequentemente opaco, violentamente marcado por imagens degradadas do passado e pelas visões apocalípticas do futuro.» (Ganeri: pp. 123-124).

⁸ Num alvará de 21/11/1569, D. Sebastião determina -que daqui em diante não possa ir à ilha de São Tomé para nela residir, nem viver, pessoa alguma da nação de cristãos-novos, salvo indo à dita ilha ida por vinda. E assim hei por bem que pessoa alguma da dita nação, não possa na dita ilha servir ofício algum de justiça.» (Ezagui: pp. 95-96).

⁹ «Quem quisesse afastar-se da Inquisição e ainda ganhar dinheiro encontrava em S. Tomé um lugar propício. Assim, diversos se agregaram aos já existentes. As crenças herdadas nunca foram esquecidas. O ambiente local muito os favorecia nisto e também as posses de que desfrutavam, pois dentre os mais ricos figuravam os de linhagem. O comércio exterior dependia deles, em suma. Os contratadores judeus manobravam a sua principal fonte de renda. Rendeiros e mercadores quando iam a essa mesma ilha passavam pelos Açores ou Madeira e desciam a Cabo Verde ou às Canárias realizando as transações possíveis. Em São Tomé embarcavam as “peças” e conduziam-nas às Antilhas ou então aos engenhos do Brasil de onde voltavam com moedas de prata e açúcar. Em São Tomé os criptojudeus viviam mais ou menos impunemente. Os bispos nomeados para lá tinham alçada até Angola, mas o cargo parece que não os atraía, exactamente por causa das condições atrás delineadas. Eram objecto de malquerenças e não dispunham de meios para agir. A década de 1620 nos dá um retrato da enfadonha e delicada situação. O padre Diogo Filipe de Miranda, coadjutor da igreja de N.ª Sr.ª da Conceição, vive amancebado. Do colega Tomé Roiz, dizem coisas piores. Existe, ali, ademais, uma operante comunidade de hebreus, da qual fazem parte alguns clérigos, diversos homens de negócio e o ouvidor Diogo Caldeira Pimentel. Este desempenha o papel de rabino. O grupo reúne-se sob a sua direcção para o culto mosaico. Ocasionalmente também participam dois judeus da vizinha ilha do Príncipe, Diogo Lopes e Diogo Gomes. Quando estão juntos levantam ofertas em dinheiro, destinadas à manutenção da crença e a auxiliar os confrades que chegam de outras terras. São Tomé é lugar de refúgio para quem deseja iludir a Inquisição no Reino e Ilhas. Os amigos acolhem-nos bem e depois enviam-nos para novo destino....» (Salvador: p. 261).

Oríon é, em nosso entender, um ótimo romance histórico onde a mistura de História e invenção é perfeita, na medida em que se conjugam sem uma destruir ou sequer comprometer a outra. Por seu turno a bagagem cultural do autor e a sua mestria de escritor levam-nos a reflectir sobre uma série de questões que a todos nós dizem respeito, desde o papel do sofrimento à liberdade interior que nenhum poder pode travar, às próprias ligações ao poder, à ambição, ao lugar do sonho e das “maravilhas”.

Mário Cláudio leva-nos também a repensar algumas das definições originais de Georges Duby, para quem a História é um género literário com muitas afinidades com a literatura de evasão.

Com efeito, *Oríon*, numa ambiência de tropicalidade luxuriante, barroca, decorre entre os reinados de D. João II e D. João III, conta-nos o percurso de vida de alguns dos meninos e moços judeus, as suas relações com a natureza e os outros, destacando-se, naturalmente, os aspectos inter-raciais que a ilha escravista abarcava.

Durante mais de meio século assistimos aos sobressaltos do povoamento e colonização, à miscigenação de corpos, culturas e mentalidades, numa conjuntura de passagem do nível da sobrevivência para o nascimento duma sociedade escravocrata, portanto sujeita a excessos de toda a ordem, como as primeiras revoltas e retaliações de escravos, a distância crescente duma metrópole indiferente perante os perigos da colónia, assediada por carências, cataclismos e franceses.

Nessa perspectiva de começo de mundo, onde eflúvios de interesses díspares se conjugam, chocam e anulam, paira Oríon (qual “menorah”¹⁰), a constelação de sete estrelas, «conhecendo-se como raro cintilam elas diante dos que vagueiam no negrume do próprio coração» (Cláudio: p. 174).

Ela ilumina, tal como acontecera com Abraão os filhos de Israel, os que melhor se adaptaram às inúmeras potencialidades que a ilha oferecia, desfrutando-as, mas dum modo geral sem perder o rumo do destino até ao infinito, Adonai.

Assim, os sete meninos e moços protagonistas¹¹, não obstante os diversos percursos de vida, não esquecem a sua ligação com o Altíssimo.

Abel, o narrador, herdeiro de engenho de açúcar e senhor de escravos, explica que antes de partir ficou escudado com os versículos do Eclesiastes, que o rabino de Penedono “não parava de resmungar”:

«Filho, se te dedicares a servir o Senhor, prepara-te para a prova, endireita teu coração, e sê constante, não te apavores no tempo da adversidade» (Cláudio: p. 76).

Daí, apesar dos seus doze anos, a capacidade de adaptação:

«Eu espantava-me de tudo, coçava-me dos piolhos que eram mais do que as gotas do oceano, a sede encortiçava-me a garganta, sufocava-me o soluço da saudade da minha mãe. E não mais me abandonaria esta surpresa das cousas, ainda quando se tornavam perigosas ou funestas, criaturas que nos espreitam a fraqueza, pecado que nunca experimentámos, mas que para nós significará a eterna perdição...» (Cláudio: pp. 11-12).

Um franciscano, que o ensinou a ler mas não logrou catequizá-lo, deu-lhe a mezinha mágica:

¹⁰ Candelabro de sete braços.

¹¹ Consideramos protagonistas Abel, Caim, Benjamim, Jairo, Débora, Raquel e Séfora, porque deles se conta o percurso de vida, o que não acontece com Úrsula ou Elisa.

«Abel, pois que te foi dispensada a vontade de saber, cuida de a exercer que nela é que acharás os portões de saída do exílio.» (Cláudio: p. 13).

Assim, Abel

«amava a ilha como um éden sem limites, eu a quem tinham arrebatado aos braços dos pais, feito servo e expedido para a morte no que se julgava um inferno donde ninguém retornaria. Mas as criaturas crescem com o que a Natureza lhes oferece, afeiçoam-se aos seus movimentos, desenvolvem talentos de que se imaginavam destituídas.

Quando aqui arribei, atingiu-me a frente a bola de fogo que fractura as rochas, reduz a papa os frutos que tombam das árvores, arranca a pele às víboras que enlouquecem de sede. E ganhei ânimo a um sinal de que a febre dependia de mim. Após suar quantos líquidos no corpo se acumulam, mais fraco e mais purificado do que nunca, ergui-me e quedei-me na contemplação. A Ilha compunha um anel comigo no centro, e tudo o que na Criação existia situava-se-me ao alcance dos dedos. A floresta abrigava-me do martírio do sol, os bichos respiravam para meu serviço, as chuvas inundavam o solo que me sustentava. Se assim não era, assim me parecia, e tanto bastava para que não morresse.

Aprendi a designar as árvores, os arbustos e as ervas, estudei a sua utilidade e a sua reprodução, debrucei-me para a Ilha como quem se dobra para um livro, munido da lente que lhe amplia os caracteres. Não reparavam em tais particulares os que mandavam em mim, atraídos pelo proveito que não se adia, famintos do poderio do ouro antes que o diabo os levasse. E a Ilha mantinha-se do meu lado, deliciava-se com a minha curiosidade, incitava-me a persistir na perseveração dos seus segredos. Um dia troquei um anel que escondera não confesso onde por um molho de canas sem qualidade. E o meu tormento desabrochou, e cingiu-me de aromas e fantasmas, e chamava-se como hoje São Tomé.» (Cláudio: pp. 45-46).

Estabelecida a diferença entre os judeus e os outros, a sua dimensão aumenta ao longo da narração, pois coube aos protagonistas hebreus achar soluções várias para diversas questões desde a sobrevivência à apropriação de métodos curativos africanos, ao aproveitamento do maravilhoso ou do próprio sentimento mais ou menos consciente de superioridade cultural, para construir uma liberdade interior indispensável para sobreviver, dominar, vencer ou enlouquecer dignamente.

Assim, Caim, «um garotinho que mal se sustinha nas pernas», já durante a viagem embasbacou a assistência com a sua desenvoltura ao chegar-se ao capitão-mor Álvaro Caminha «e sem lhe dar ocasião para se precaver tocou na medalha que o nobre exibia ao peito, e que representava em marfim a última ceia de Jesus, e eis que lhe pediu alto e bom som, “Dá-me este para comer, anda lá, que se me acabou o biscoutinho.» (Cláudio: p. 78).

“Menino galante”, nascido para cativar, foi entregue ao notário apostólico, vivendo na roda dos poderosos, sendo solicitado tanto pelo bispo como por Caminha, «ciente de que se adestrara o rapaz no uso das letras, para que lhe lesse compassadamente o texto de alguma carta de Dom Manuel.» (Cláudio: p. 80).

Caim não resistiu à provocante Úrsula¹², que após um encontro nocturno no mato, o acusou de ter praticado o pecado nefando, pelo que foi condenado à morte.

¹² Que Mário Cláudio funde com a Marinheira, prima da Úrsula, numa única personagem.

Salvou-o uma invasão de escravos do quilombo do obó, que o acoitaram. Caim, branco marginalizado do quilombo, resolveu criar e desenvolver camarões gigantes, autênticas lagostas, que constituíram um maná para os habitantes do quilombo. Caim rapidamente se tornou imprescindível e graças “aos talentos do Altíssimo”¹³ curou o chefe duma doença do foro digestivo, tornando-se primeiro ministro, a quem distraía e adormecia com narrativas do Velho Testamento. Sucedeu-lhe, e com mão de ferro governou, formando um exército que em 1529 pôs a ferro e fogo toda a ilha¹⁴.

Débora é a menina cuja vida também está estreitamente ligada ao insondável, ao maravilhoso da floresta tropical, transmissora da onda de encantamento que nos provoca um arrepio, misto de medo e fascínio.

Débora, «uma menina refeita de carnes, um pouco assarapantada, agarradinha à mona de trapos que ninguém ousava furtar-lhe» (Cláudio: p. 47), a protectora dos mais pequeninos, foi violada durante a viagem pelo juiz Gonçalo Anes, trauma que a tornou surda-muda. Na ilha, Débora foi rameira, dona duma taverna, a quem os canibais “homens leopardos” raptaram os filhos, como vingança por recusar homens de cor. O clima de horror atingiu o clímax quando, sendo apanhados, se descobriu que Virgolino, o primogénito de Débora, acompanhava os homens-leopardos. Débora matou o filho com um punhal na garganta para o poupar à morte terrível que o espe-rava. Débora «desausturada, a vaguear pela beira da baía, exibindo os peitos retalhados por lanhos que ganhavam pus... e não reagia se lhe dirigiam a palavra, impelida por um propósito que a colocava em harmonia com o que lhe ditava o coração. Trouxera-a o sofrimento àquele reino de limites que nenhuma carta regista, cruzado por bichos que não apreendem a destrinça entre o bem e o mal, e aí é que as ondas do oceano se esfarrapavam, aí é que nascia a brisa, aí é que os lírios não paravam de crescer.» (Cláudio: p. 58).

«Oculta no interior do mais denso do obó, começou por levar Débora uma existência que ninguém conhecia. Com os animais, as plantas e as rochas ia estabelecendo ela uma relação misteriosa, parecendo que lhe acendera a tragédia a inteligência dos ritmos da Natureza. Atravessava a custo a luz a copa das grandes árvores, a configurar outras tantas lianas e outros tantos troncos, e deambulava a infeliz por tamanha espessura com a elegância da princesa que pisasse tapeçarias. Uma longínqua familiaridade impelia-a ao convívio com as cobras que por ali abundavam, firmando com elas uma aliança indestrutível. Desviava-lhes os obstáculos do caminho, apontava-lhes as presas, admirava-lhes a fascinante decoração. E deste trato advinha-lhe aos poucos o andar sinuoso, a voz que se reduzia à simplicidade do silvo, a textura da pele que se tornava escamosa e escorregadia.» (Cláudio: p. 63).

Débora pariu um monstro filho dum degredado do Sabugal, com quem vivia amorosamente; essa criatura logo com «um esguicho peçonhento rompeu do que se diria serem as narinas do monstro, por inteiro cegando o que o engendrara, forçando-o a arredar-se num uivo que fez despenhar-se as pedras do tenebroso covil».

¹³ -Os Talentos que o Altíssimo me proporcionou, e que se acham ao teu dispor, não são daqueles que se pode explicar, e constitui até mesmo perigo de morte entre os portugueses pô-los à prova, não faltando casos de pessoas que morreram na fogueira, acusadas de feitiçaria ...» (Cláudio: pp. 87-88).

¹⁴ «... E que poderíamos fazer nós senão ajoelhar, e levantar os braços em oração a Iahvé que sempre nos poupava aos perigos, ou a São Sebastião que não pouco nos ajudara, e que fora vítima dos sanguinários inimigos da sua fé inabalável? Os do mato não deixavam de avançar mais e mais e mais, destruindo as roças com o ódio que lhes advinha daquilo que diziam haverem padecido, mas que não seria tanto como afirmavam, e consistindo a mágoa na sina de quem vem a este vale de lágrimas, que queriam eles, deitar-se à solheira de papo cheio, a gozar as delícias que só após a morte nos serão dispensadas, se cumprimos os mandamentos que entregou Deus a Moisés?» (Cláudio: pp. 103-104).

Em dois dias tornou-se um dos ofídios gigantes capazes de comer um boi, pelo que o seu habitat passou a ser o obó, deixando um rasto que fazia estremecer de horror toda a população até reaparecer junto da caverna onde viviam os pais, com os cadáveres dos homens leopardos (incluindo Virgolino) que tinham comido os meninos de Débora:

«E um calor percorreu as veias da judia que em cobra se transmudara, e caíram-lhe as escamas, e recuperaram os membros com que nascera na sua original configuração, e voltou a ser-lhe de fêmea humana o rosto, e em lugar do arrepiante silvo de muda desprendeuse-lhe a língua nestes louvores incansáveis:

“Glorificado seja o Senhor de todas as criaturas, o qual as plantou no Paraíso, conforme à sua condição, e maldito seja quem devorar o seu próximo, mais do que o lobo que comer o cordeiro.” (Cláudio: p. 69).

A partir de então Débora tornou-se «manipuladora dos humores dos répteis, deles extraindo os unguentos que, se elaborados segundo as suas instruções, se revelavam susceptíveis de remediar qualquer adversidade» (Cláudio: p. 70).

Tal como Débora, nenhuma das outras meninas se relaciona afectiva ou sexualmente com indivíduos de outras raças e culturas, ao contrário do que reza a História, cabendo a missão miscigenatória aos moços, destacando-se Jairo, o negreiro.

Jairo, um dos moços mais espigadotes, alfabetizado pelo tio rabino de Idanha-a-Nova, logo na viagem se tornou conhecido de Álvaro de Caminha, passando a ser uma espécie de secretário particular e companheiro de noitadas. Com treze anos insere-se no tráfico de escravos, o que lhe permite aproveitar-se das mais belas raparigas, dois vícios que, ao longo do tempo, o vão minando:

«Afogado em tais misérias, desprovido do descanso em que mergulha a alma, quando cumpre uma vida recta, e mora na paz do Senhor, denotava o negreiro a sombra do olhar, a palidez do rosto, o quebranto dos membros e o geral abandono da alegria, aparências que marcam os destinados ao Inferno.» (Cláudio: p. 178).

Em 1518, Jairo, senhor duma fiada de casas em Lisboa, na porta do Corpo Santo, foi convidado a ir ao Paço, onde se apresentou «na companhia dos que lhe eram chegados, as mancebas desde logo que desencadeariam alguma mofa das da Corte, vestidas como se senhoras fossem, em damasco e com pérolas na cabeleira, cada qual munida da sua ventarola de penas, mas descalças por não lograrem afeiçoar-se ao uso dos sapatos. E à frente delas seguia o nosso Jairo, refastelado em sua padiola que quatro dos filhos mulatinhos acarretavam aos ombros, agasalhado em sedas e tules, coberto por um turbante de lama-de-ouro que imitava os do hábito dos príncipes da Arábia.» (Cláudio: p. 186). D. Manuel pareceu contente com o discurso de Jairo, pelo que mandou pôr banquinhos «... onde se sentassem as barregãs do negreiro, e não se deixaram rogar estas em excesso, e eis que, alapando-se com suma confusão de saias, em continente para a sua beira convocaram os meninos, ali logo se metendo a catar-lhes a carapinha como se em sua própria morada se situassem» (Cláudio: p. 187).

Na Corte exótica de D. Manuel, a Infanta Dona Maria não perdia ocasião de saber mais e mais acerca das línguas e costumes africanos, pelo que, contente com o que presenciou, presenteou, como era seu hábito, o negreiro com um rubi, exortando-o a continuar a sua missão de fazedor de gente¹⁵.

¹⁵ «... Mas que regresseis ainda, se a idade vos permitir, a engendrar infantes nas pretas das Ilhas, curando de insinuar em tais uniões os nossos que nesses territórios houver, e isto vos determino por não alcançar descortinar mais formosos seres do que esses que resultam da mistura do sangue daqueles vários que quis afinal redimir sem destrinça Cristo Jesus, Nosso Salvador.» (Cláudio: pp. 187-188).

Jairo regressou, mas já não podia obedecer à Infanta, apenas contar e recontar as peças que tinha, agonizando lentamente numa mistura de confissões, padres e mulheres, as quais o choraram sentidamente.

Não é por acaso que Jairo e Caim, os mais próximos do poder, foram exactamente aqueles que queimaram as asas da sua identidade, da sua imagem de marca, a liberdade interior.

Abel, o narrador, não assegura se Jairo avistaria no firmamento as sete estrelas de Oríon, «conhecendo-se como raro cintilam elas diante dos que vagueiam no negrume do próprio coração. Mas creio que se teriam por incluídos no rol dos que cumprem um fado, dele colhendo o direito de indecifrar as horas que o Altíssimo lhes atribuiu.» (Cláudio: p. 174).

Muito diferente era Benjamim, embarcado com um estatuto diferente de todos os outros: constituía o orgulho da gente da Fuzeta (Açores), pela sua aparência e atitudes¹⁶, pelo que foi raptado pelos meirinhos reais e fechado num aposento do barco:

«E recusando qualquer sustento, obstinava-se o menino Benjamim no seu mutismo, fitando quem dele se abeirasse com tamanha penetração que se garantia lobrigarem os menos desatentos, vogando-lhe no fundo das pupilas azuis, lentas barcas que demandavam países que ninguém descobrira. Por vinte e quatro meses se conservou o pobre nesta condição, jamais soltando um lamento, jamais denunciando sinais de uma qualquer daquelas terríveis febres que assolam quejandas latitudes. E ao cabo deste tempo, despontando a manhã do Pesah, foi um guarda deparar com a cela vazia, e os cadeados rompidos, e os revêrberos de uma luz muito doce, a penetrar por entre as grades.» (Cláudio: p. 113).

Só passado muito tempo foi visto por náufragos franceses, montado numa mula albina, sendo em vão qualquer tentativa de o apanhar: «... e nele depunham a sua magra fé os de Israel, certos de que haveria aquele Ungido de os levar por fim a território a que pudessem chamar seu. Mas iludia estas pesquisas o foragido, sempre ali mas sempre além, sempre hoje, mas sempre amanhã».

Ligaram-no a prodígios vários, como o caso da baleia arrastada para a praia com a estrela de David impressa no flanco, cujo interior continha numa caixa uma carneira onde estava escrito: «Então Iahvé falou ao peixe, e este vomitou Jonas sobre a terra firme».

E imaginar-se-á (confessa o narrador) a extremada alegria que nos conquistou, os hinos que erguemos ao Altíssimo, o festim que celebrámos às ocultas, e o pranto das nossas mulheres que acreditavam que entre elas residiria o que o Senhor haveria de escolher.» (Cláudio: p. 114).

As aparições de Benjamim passaram a andar ligadas às de Oríon. A gente ficava alvoroçada, as autoridades resolveram organizaram uma batida armada, que terminou com a atoarda de que o menino fora abatido e enterrado no mato.

«A verdade verdadinha é que mais do que nunca prosperava o ilustre infante, dono de um reino que, não contando com seres humanos como sua população, abarcava afinal as fantasias de cada um de nós, a liberdade e a amenidade na brisa, a fartura e a doçura do corpo, a paz e as galas da Natureza.» (Cláudio: pp. 115-116)

¹⁶ «Aureolava-lhe a cabeça, talvez um pouco avantajada para ser tão diminuto, uma espécie de nuvem de cabelos lourinhos, e que constituía fenómeno totalmente exemplar na raça a que pertencia. Nunca haviam os seus olhos conhecido as lágrimas, e futurava-se que seria ele depositário de muitas e profundas sabenças, as quais jamais transmitiria.» (Cláudio: p. 111).

A Benjamim juntou-se Elisinha, uma menina que, delirando, se meteu por uma fonte dentro até aos “dentros” da ilha. Ambos apareciam com um rebanho de carneirinhos brancos, nas nuvens ou no litoral, criando fama de curarem males, pelo que multidões acorriam à beira-mar para implorar remédio. Houve repressão forte, mas «não se extirpava porém a fé desvairada do povo. A cada instante se disseminavam atoardas extraordinárias, de que descortinara alguém Benjamim na sua alimária, e de que largava ele um rasto que à luz do poente se ia dourando. E constava que produzia uma queda de pétalas tão leves como penas, as quais se dissolviam ao contacto com o chão, deixando no espaço um aroma capaz de amenizar todas as mágoas. E beijavam as testemunhas a terra onde iam ajoelhando, e recitavam um salmo antigo que ninguém lhes ensinara, o qual se ocupava de lírios do campo que jamais emurcheciam.» (Cláudio: pp. 120-121).

A dádiva de maravilhas de Benjamim foi a maior, algo de imprescindível para a sobrevivência mental dos seus amigos: «E acresceu isto às maravilhas daquela época, e ainda agora considero que, se não fossem elas, havendo nós desembarcado tão tolhidos naquele arquipélago de terrores, já estaríamos na totalidade mortos e enterrados e transformados em pó.» (Cláudio: p. 117).

Séfora foi a menina que com as suas “maravilhas” amparou D. Jorge, na sua solidão de bastardo real na Corte, “maravilhas” que a fizeram permanecer lúcida durante a sua convivência com o senhor da ilha do Príncipe, António Carneiro, alimentando-lhe a vaidade e o vício, até, já liberta, nortear o seu destino para Antuérpia:

«Querido tio do meu coração, sou a que vistes brincar, menininha que apenas gatinhava, com uma esfera de vidro que me oferecera o rei de Portugal, quisera eu que assim fosse o mundo, azul e verde e transparente, não esta Ilha para onde Iahvé me desterrou, em consequência dos pecados que nossos pais cometeram, vinde pois libertar-me, salvai-me do aniquilamento, recolhei-me em vosso sábio peito de descendente de Abraão.» (Cláudio: pp. 150-151).

Raquel, a primeira mulher de Abel, tinha também capacidades especiais¹⁷, pedra basilar para a estabilidade do marido, propenso ao devaneio.

Perpétua é a menina negra, que também arrancada aos seus se viu escrava, que por seu turno escravizou para sempre o coração de Abel. A vida dele mudou de repente, aprendendo então que «obtem infalível remédio o sofrimento, atenua-se e esvai-se, a nova dor se substitui à dor que foi experimentada», fica-se em paz.

Perpétua é a ouvinte participante e narradora do seu próprio drama, onde o sofrimento deu de imediato lugar à placidez típica dos africanos.

Trocara os seus deuses por Iahvé, a quem pedia pelos da sua raça; a sua postura e desvelo com todos deram-lhe estatuto de senhora branca que cuidava de tudo e de todos. O assalto e incêndio do engenho de Abel por Caim e os seus sequeles foi um trauma com um reverso singular:

«Nada como o infortúnio para nos ensinar com que linhas se cose o nosso destino. Quando caímos num poço de atribulações, olhamos para trás e tudo parece corresponder à vontade de Deus. Desconhecemos o futuro, e o que importa para o merecermos, mas achamo-nos na posse de um tesouro luminoso, capaz de nos guiar na peregrinação.

¹⁷ Segundo o frade franciscano, amigo de Abel, «Raquel arvora uns ares de feiticeira posto que demita eu as razões para de tal a reputar, antes a considerando favorecida pelos dons do Espírito Santo...» (Cláudio: p. 37).

Mostra-me o que pretendia o Todo-Poderoso, que nos assistisse a consciência de que jamais duram as glórias deste Mundo, e de que condena à morte eterna quem se atrever a pôr a fé fora de Deus.» (Cláudio: p. 137).

À medida que Abel e Perpétua envelhecem o seu conhecimento cresce e daí que Abel se questione acerca dos objectivos da sua escritura (de certo modo sagrada pois foi escrita sobre a Torá), do sentido da vida e das vidas, escondidos nos desígnios de Deus.

Assim,

«espalhados pelos quatro cantos donde os ventos sopram, só a admiração dos astros nos congrega, e debaixo deles nos assentamos à sombra da macieira da vida. E os meninos que de Portugal foram exilados, cuspidos pelo malfazejo monarca que nem dos gritos das mães se apiedava, correspondem a outros tantos seixozinhos do curso em que seguem os que nasceram da semente do Patriarca. E ternos e cruéis, loucos e piedosos, a cada um ilumina a menorah que se situa no centro do Paraíso, e que da refulgência das sete velas, espelhada Oríon, esclarece os que se abrigam à dourada aura da sua luz. E prosseguimos na travessia a que nos condenaram, e bendizemos o fado que nos calhou. E quando descem as trevas sobre a nossa miséria, se não dispusermos de pena, nem de graveto, nem de tinta, nem de água, ainda assim escreveremos a história, riscando com o indicador o ar que respiramos.

Põe-se o sol, abeiro-me da baía, espio o horizonte. Distantíssima fica a pátria, e jamais a atingiremos. Mas em nossa alegria o altar se constrói, e nele sacrificamos os que de nós resultaram, e dele faremos ascender a Iahvé perfumes que lhe sejam agradáveis. Almas de fogo em corpos de argila, tochas seremos, e acesas, levadas pelos exércitos, atiradas às masmorras, alimentando a labareda que nos consome a carne exausta da peregrinação. Mais além o Universo emerge, e em seis dias se recriam a manhã e a tarde, o firmamento e o solo e os mares, as ervas e as árvores, a soalheira e o luar, as aves e os peixes, os animais domésticos, os répteis e as feras, e este homem que a custo se sustém nas pernas, e que apenas balbucia, “Celebrai a Iahvé com harpa, tocai-lhe a lira de dez cordas, cantai-lhe um cântico novo, tocai com arte na hora da ovação”» (Cláudio: pp. 168-169).

Oríon é também uma das “maravilhas” para o dia-a-dia, levando-nos a perseverar em ter olhos-coração para conseguir ver “Oríon”.

Bibliografia

- ABOAB, Emanuel
1627, *Nomologia*, Amesterdão, (5389).
- AESCOLI, A .Z.
1993², *Sipur David Há-Reubeni*, Jerusalém.
- ALBUQUERQUE, Luís de
1989, *A Ilha de S. Tomé nos Séculos XV e XVI*, Lisboa, Publicações Alfa.
- AZEVEDO, Lúcio de
1922, *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- BAIÃO, Antônio (Leitura e Revisão de Provas)
1940, *O Manuscrito de Valentim Fernandes*, Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- CLÁUDIO, Mário
2003, *Órion*, Lisboa, Dom Quixote.
- EZAGUI, José
1944, *O Minuto Vitorioso de Alcácer-Quibir*, Lisboa.
- GANERI, Margherita
1999, *Il Romanzo Storico in Italia. Il dibattito critico dalle origini post-moderno*, Lecce, Piero Manni.
- HERCULANO, Alexandre
1885⁴, *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, t. I, Lisboa, Viuva Bertrand & C.^a Successores Carvalho & C.^a.
- KAYSERLING, Mayer
1971, *História dos Judeus em Portugal*, São Paulo, Livraria Pioneira.
- LIPINER, Elias
1998, *Os Baptizados em Pé. Estudos acerca da origem e da luta dos Cristãos-novos em Portugal*, Lisboa, Veja.
- PINA, Ruy de
1950, *Croniqua Delrey Dom Jobam II*, Coimbra, Atlântida.
- RESENDE, Garcia de
1974, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SALVADOR, José Gonçalves
1973, *Os Cristãos-novos e o Comércio no Atlântico Meridional*, São Paulo, Pioneira / MEC.
- USQUE, Samuel,
1907, *Consolaçam às Tribulaçõens de Israel*, III, Coimbra, Francisco França Amado.
- WREBLOVSKI, R. Z. I.
1962, *Sefunot (Ocultas)*, vol. VI, Jerusalém.